

# 27 1990 *Divida Estavel* O impasse na negociação

por Getulio Bittencourt  
de Nova York

A corrente rodada de renegociação da dívida externa brasileira terminou ontem pela manhã. Os bancos não descartaram a contraproposta brasileira, segundo um porta-voz dos negociadores, conselheiro João Almino. A resposta, do comitê assessor deve ser apresentada em nova rodada de negociações, marcada para a próxima segunda-feira.

Mas sabe-se que um dos nós da questão está na "base de cálculo", ou seja, em saber se os empréstimos contraídos pela Lei 4.131 serão incluídos no total devido pelo País, como querem os bancos, ou serão excluídos, como deseja o embaixador Jório Dauster.

O argumento brasileiro pela exclusão é técnico, no sentido de que os juros desses empréstimos não teriam sido depositados no Banco Central. Mas do ângulo dos banqueiros há uma questão de princípios.

Alguns dos empréstimos pela Lei 4.131 foram garantidos pelo Tesouro brasileiro, outros não. Ao excluí-los da renegociação, também os banqueiros, o Brasil estaria retornando com a tese da retirada das garantias do Tesouro.

O autor da tese, Luís Eduardo de Freitas, é um dos assessores trazidos por Dauster nesta viagem. "É ultrajante que se diferencie entre um Multi Year Deposit Facility Agreement (MYDFA), o principal título da dívida do País, e um empréstimo pela Lei 4.131 com garantia do Tesouro", diz Kathy Galbraith, promovida ontem a vice-presidente sênior do Chase Manhattan Bank para operações no mercado secundário. "Porque essas empresas estatais não teriam recebido um único centavo de empréstimo sem a garantia do Tesouro brasileiro", acrescenta.

A reação de Kathy responde à percepção do mercado, mas não necessariamente do comitê assessor de bancos — as duas operações são separadas por lei nos Estados Unidos, para evitar tráfico de informações. Do ângulo do mercado, porém, Kathy tem duas outras queixas: "Se os dados publicados pela imprensa estiverem certos, 15% dos atrasados me parece pouco dinheiro, e 15 anos de prazo para o bônus dos atrasados remanescentes são um prazo muito longo".

O valor dos MYDFA permaneceu estável ontem, com o Unibanco Capital Markets cotando o papel a

26,25 centavos na compra e 26,5 na venda. Mas o preço dos direitos de recebimento de juros dos MYDFA continua em alta. Um operador da Bear, Stearns & Co. encontrou, ontem, ofertas de

até 35 centavos por dólar, sem que existisse oferta do título para fechamento concreto de negócios a esse nível.

(Ver página 22)